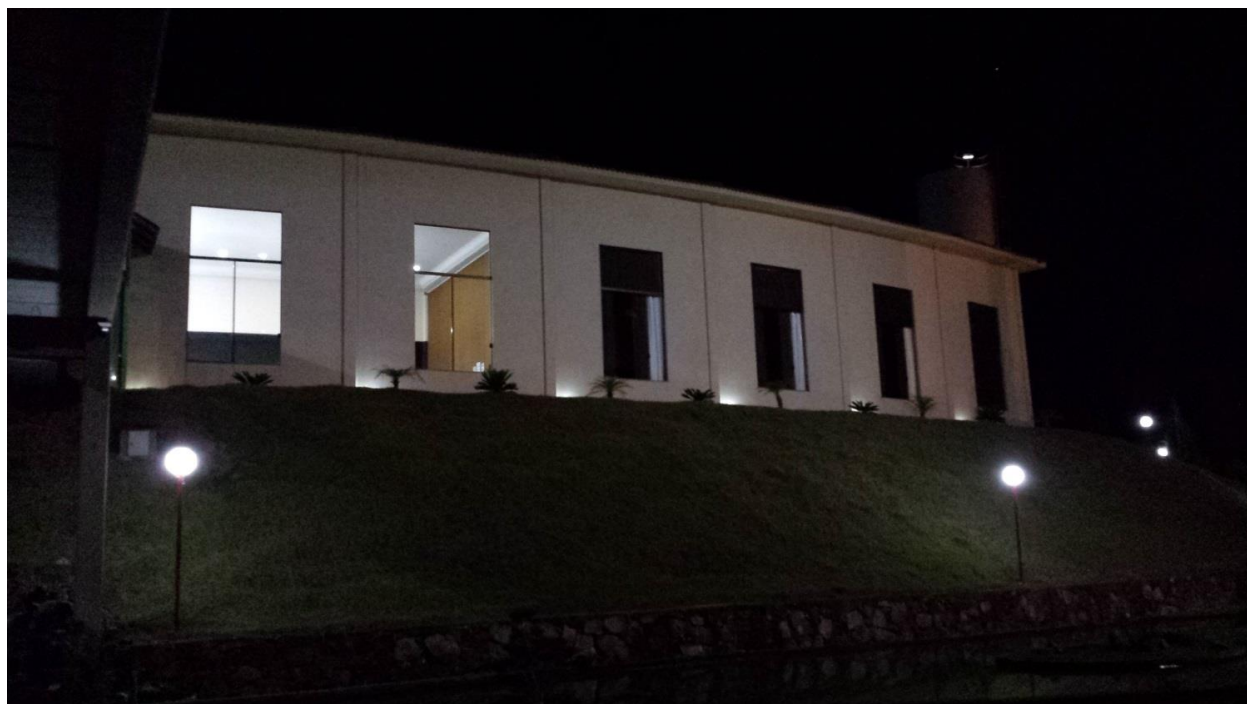


**IFES**

**FOR  
PLAD**

*INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR  
FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE PLANEJAMENTO  
E ADMINISTRAÇÃO*



Segunda Reunião do Fórum Nacional de Pró-reitores de Planejamento e  
Administração das IFES

12, 13 e 14 de junho de 2013

UNIFAL – UNIFEI - Poços de Caldas - SP



**FOR  
PLAD**

*INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR  
FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE PLANEJAMENTO  
E ADMINISTRAÇÃO*

## **II Encontro do Forplad**

**12, 13 e 14 de Junho de 2013**

**Poços de Caldas / MG**

### **Pauta**

#### **12 DE JUNHO (Campus da UNIFAL-MG em Poços de Caldas):**

14h00 - Abertura: Reitores e convidados.

14h30 - Palestra: O financiamento das IFES no contexto da autonomia Universitária.

Palestrante: Prof. Dr. Nelson Cardoso Amaral/ UFG.

16h30 - Relato dos trabalhos da Coordenação Nacional.

- Relato dos trabalhos das Coordenações Regionais.

#### **13 DE JUNHO (Hotel Golden Park):**

08h00 - Fundação de Apoio: avaliação e debate na AGU.

Palestrante: Jezihel Pena Lima - Procurador/UFMG.

09h45 - A terceirização nas IFES: um debate necessário.

Palestrante: Jeferson Alves dos Santos – Auditor/UNIFAL-MG

11h00 - PAINEL ANDIFES – Reitor Paulo Márcio de Faria e Silva – 2º Vice-presidente – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

14h00 - PAINEL DIFES/SESU/MEC – Adriana Weska.

16h30 - Grupos de Trabalho:

Comissão de Planejamento e Avaliação.

Comissão de Modelos.

Comissão de Administração.

#### **14 de JUNHO (Hotel Golden Park):**

08h00 - Serviço de Terceirização de impressão. Palestrante João Batista Furtuoso - UFSC.

09h20 - Relatos dos GTs e encaminhamentos.

11h20 - Encerramento.

#### **Mesa de Abertura dos Trabalhos:**

Paulo Márcio de Faria e Silva - Reitor UNIFAL-MG

Dagoberto Alves de Almeida - Reitor UNIFEI

Cleber Ávila Barbosa - Reitor em exercício - IFSULDEMINAS

Eloísio do Carmo Lourenço - Prefeito Municipal de Poços de Caldas

Silvana de Abreu - Coordenadora FORPLAD

José Alberto Ferreira Filho - Pró-Reitor de Administração - UNIFEI

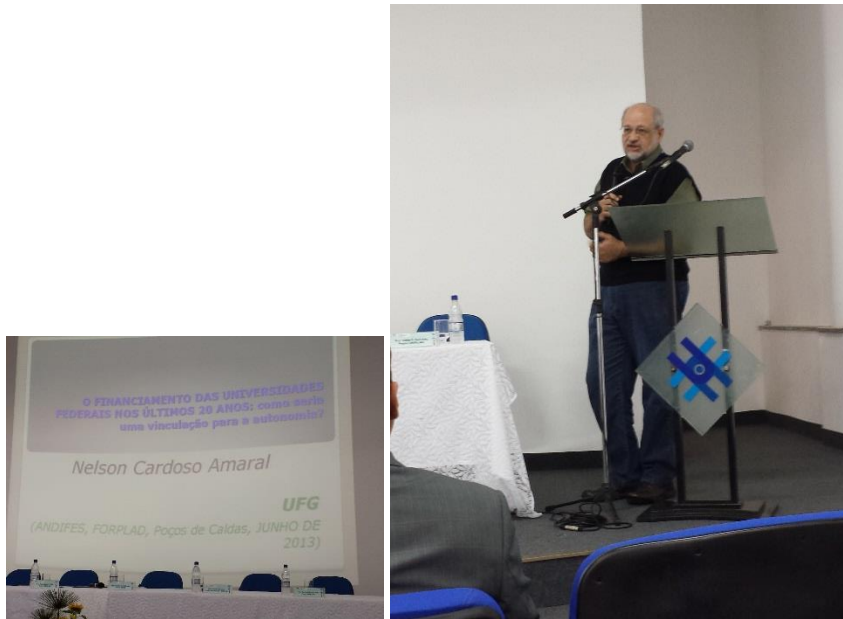
Vera Lúcia de Carvalho Rosa - Pró-Reitora de Administração e Finanças - UNIFAL-MG

Tomás Dias Sant'Ana - Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Desenvolvimento Institucional - UNIFAL-MG

**Dia 12/06/2013**

**Após abertura a Coordenação Nacional deu encaminhamento a PALESTRA do Prof. Dr. Nelson Cardoso Amaral – UFG, *O FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADE FEDERAIS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS: COMO SERIA UMA VINCULAÇÃO PARA A AUTONOMIA?***

Momento I



*A apresentação (extensão .ppt) encontra-se no portal do FORPLAD. Os relatos que seguem apenas fazem um pequeno resumo. <ai>iores detalhes certamente serão encontrados no arquivo apresentado.*

**Segue o breve e resumido relato da discussão:**

- Analisa que a expectativa que se tem é que quando se coloca o debate da autonomia sempre se esbarra no debate sobre o financiamento e que isso é mesmo um limitador uma vez que a referência que temos é o modelo paulista, mas que ele não atende as IFES necessariamente pelo menos no tocante a vinculação com impostos da União. Questiona se seria uma vantagem vincular ao PIB?
- Apresenta os números gerais de todas as IFES, ao longo dos anos, desde 2009 até 2012. O objetivo principal era observar os investimentos ao longo dos Governos e a sua distribuição relativa em relação a arrecadação.
- Fez comparações com dados internacionais relacionados aos investimentos do PIB. Inclusive porque é comum se comparar esses dados e fazer análises que interessam os governos e/ou a oposição.
- Questionou como seria vincular estes investimentos (PIB) diretamente às IFES por meio da autonomia. Será que seria uma boa ideia? O fato é que as IFES, com o crescimento, já absorvem

mais que 80% dos 18% proposto para Lei e se sabe que é pouco. Assim, vinculações sem a devida racionalização inviabilizaria as IFES manterem o crescimento. Além disso, questiona como ficaria a carreira? Entende que deveria continuar sendo nacional e não própria a cada IFES uma vez que isso poderia gerar muitas distorções em um país tão diverso quanto o Brasil.

- Fez um estudo específico sobre o período do Reuni para verificar o impacto no aumento dos recursos e a consideração com a expansão.
- Relacionou os investimentos à qualidade das IFES, citando vagas ociosas e pouco controle sobre a evasão. Exemplificou com as licenciaturas, que atualmente estão com muitas vagas sem preenchimentos.
- Analisou a arrecadação sobre o percentual do PIB trabalhado na Educação (5% do PIB) e fez menção sobre a possibilidade de 10% do PIB em investimento, mas sem definição se este valor seria dirigido diretamente às IFES.
- O dinheiro para investimentos poderá sair de outra fonte.
- Há muitas informações relevantes sobre os investimentos nas IFES e alguns paralelos com datas específicas, não só governos, mas também períodos de greve.
- Surgiram algumas contribuições. O Reitor Paulo Márcio (UNIFAL) solicita que se *deixe mais claro como seria o comportamento da despesa*. Luiz, destacar que é *um fracasso discutir vinculação com base em imposto arrecadado uma vez que há uma estratégia do Governo em arrecadar em forma de contribuição*. Ario (UFRGS) chama atenção *que teria a discussão das distribuições do MEC, mas também das que vem de outros ministérios*. Sebastião (UFV), fez referências *a forma como os orçamentos das IFES estão organizados, como uma colcha de retalhos, com ações que passam à margem das Pró-reitorias, como é o caso do PNAES, Proext entre outros que seriam melhor utilizados como um orçamento único. Além disso observou que há uma tendência nos dados apresentados de que é somente com luta que se alcançou resultados. Mas não é só enfrentamento. É importante argumentar com boas ideias e que sejam bem justificadas*. Hermano (UFPE) apontou que *há diferenças grandes entre as IFES se compararmos com as Estaduais. Questiona qual seria o cenário futuro da matriz Andifes na autonomia*.

Respostas:

- ✓ Explicou que analisou apenas a execução orçamentária de cada IFES dentro do trabalho apresentado, assim são dados liberados oficialmente e públicos, mas que não é possível pegar outras origens de recursos que não se deram por dentro da Conta Única. Muitos convênios e ações não são contabilizados de forma fácil e gera um trabalho difícil de finalizar. A ideia é vincular qualquer contribuição também para as IFES. As contribuições não geram vínculos com os repasses.
- ✓ Concorde que a criação das contribuições é para fugir da vinculação e que a DRU é uma forma do governo fazer o entender correto e conveniente, não gera vinculação necessariamente.
- ✓ Afirma que as universidades são heterogêneas. Umas mais avançadas outras, nascendo. Umas nos centros, outras nas periferias, no interior do país.

- ✓ Chamou atenção de que pode ser que não é esse ainda o momento de autonomia, pois francamente não há interesse, pois talvez não seja benéfica para as IFES, inclusive. Como ficaria as 63 IFES, existentes hoje, discutindo a repartição da Matriz Orçamentária? Seria um grande complicador ...
- ✓ Não interessa aos Reitores, aos Sindicatos e muito menos ao Governo. O MEC não abrirá mão de controlar as IFES. A adição de programas melhora a imagem do Governo independente dos seus resultados. A autonomia é uma conquista e a UNIVERSIDADE precisa conquistá-la. Além disso, se se vai fazer um modelo sofisticado e complexo não recomenda que se coloque pessoal pois o próprio crescimento das universidades engessariam e estrangulariam a contratação de pessoal, sem falar que a tendência seria as IFES não crescerem mais para não dividir mais.
- ✓ Finalmente questiona porque desde 1988, na constituição essa questão não avançou? Falta e sempre faltou vontade política.

## **Momento II**

- ✓ A Coordenadora do FORPLAD, Silvana, encaminhou a apresentação dos novos membros do Forplad. A coordenação abriu para que se entregasse um *Kit Pró-reitor*, uma pequena brincadeira organizada pela UNIFAL para descontrair os novos integrantes. São eles: Plínio: UNILAB; Ricardo: UFAM; Lúcia: UFSC; Sales: UFAM; Raquel: UNILA; Isabela: UFSC; Nídia: UFRRJ; Dirceu Martins: UFBA; Carlos Alberto: UNB.
- ✓ Após, foi retomada a pauta da Reunião e dado início o relato da Coordenação Nacional sobre as atividades desenvolvidas. No período.

## **Momento III**

- ✓ Relatos da Coordenação Nacional
- ✓ Apresentou inicialmente sobre antecipação do horário de 9h45, no dia 13 de junho, devido ausência da SPO. Informou que não participação da SPO foi justificada pelo adiantamento das decisões sobre o orçamento para o ano de 2014. Situação pelo qual já havia sido organizada alteração na pauta, com a participação do Reitor Paulo Marcio para falar sobre a expansão. Confirmou a presença de todos os demais participantes, inclusive Adriana Weska e Dulce Tristão da SESU.
- ✓ Informou encaminhamentos dados para os Projetos de edificações a serem disponibilizados na "Rede Forplad". Foi definido um grupo de voluntários formado por Alda, Tomas e Neocles que estão iniciando pela organização dos documentos necessários para que não tenhamos problemas de ordem legal e constrangimentos. Aberta a palavra para Tomas, apresentou também esclarecimentos e se colocou a disposição para dados mais técnicos.
- ✓ Informou que Participou de um conjunto de reuniões na Andifes, como a de Porto Alegre em que foram convidados os Ministros do TCU e da CGU. Relatou que o encontro foi muito interessante e que houve um diálogo fraterno e franco com os reitores, sobretudo no tocante as

dificuldades e falta de diálogo, mas principalmente pelas terminologias utilizadas pelos auditores com as equipes de auditoria locais, muito distantes do que efetivamente ocorre dentro das IFES. Ainda relatou que o Forplad foi citado como exemplo de iniciativa de debate em função da discussão sobre a “Cartilha da CGU”, que já está sofrendo muitas mudanças em função desse encontro.

- ✓ Informou que a coordenação mais a comissão de modelos participaram de reuniões da comissão de orçamento da Andifes sobre a regulamentação, por meio de Portaria, para a institucionalização da matriz e com a definição da comissão para acompanhar o trabalho como está previsto na norma. Informou que esta portaria estava para ser publicada pelo MEC, o que permitirá uma institucionalização da matriz e a indicação dos critérios de distribuição do orçamento. Outro tema dessas reuniões que ocorreram entre as Comissões do Forplad e da Andifes foi a retomada dos estudos sobre critérios da matriz definidos pelo Decreto 2733/2010, já em debate pela comissão de modelos desde 2011 e a exposição e envolvimento da comissão de orçamento da Andifes no sentido de atender o compromisso com a SESU/MEC sobre a incorporação do índice de qualidade vinculado à graduação e que seria incorporado já ao orçamento de 2014. O aprofundamento das informações ficou para Marize, coordenadora da comissão de modelos.
- ✓ Informou ainda que está disponível no Portal do Forplad, no espaço da Comissão de Modelos, o Ofício 65/2013, da DIFES/SESU/MEC (Nota Técnica) que explicita os critérios para distribuição do orçamento 2013 e que apenas agora foi finalizado e encaminhado para Andifes.
- ✓ Citou também a convocação da Coordenação Nacional do Forplad para debater proposta de alteração do Regimento e para treinamento no Portal do Forplad, tendo sido viabilizado em parceria com Coordenação da Regional Sudeste e pela UFRJ, no Rio de Janeiro. Foram convocados todos os membros da nacional, coordenadores e suplentes das Regionais e também coordenadores das comissões temáticas. Participaram a maioria dos representantes convocados. Resultado do encontro foi a elaboração de uma minuta de Regimento para o Forplad com objetivo de ratificar práticas que já vem ocorrendo e que não constam do documento atual, tendo claro que não se pode complicar o funcionamento do Fórum para não engessar. Informou que o encaminhamento é que se possa fazer a discussão em cada regional para facilitar as análises e proposições. Também esclareceu que para o próximo evento, se aprovado o procedimento, seria realizada uma convocação específica, no primeiro dia, para fechar o documento final. O objetivo é garantir algumas práticas já existentes e qualificar o trabalho das comissões temáticas e regionais. A proposta será divulgada no portal do Forplad.
- ✓ Chamou a atenção para a pesquisa no portal do Fórum com objetivo de atualizar a base de dados sobre a terceirização e custeio das IFES e a dificuldade encontrada pela Coordenação frente a baixa participação no preenchimento dos dados pelas IFES. Expôs que 15 IFES não atualizaram seus dados até aquele momento, que a Coordenação estava no aguardo e que havia passado a informação para o presidente da Comissão de Orçamento da Andifes (Reitor Zaki), a seu pedido.

- ✓ Informou ainda que havia sido informada na SPO que o módulo de controle para acompanhamento do PES estava para sair em breve, assim como decreto sobre limites de diárias e passagens para o Governo. Da mesma forma, também pela SPO e pela própria DIFES foi informado que o orçamento para 2014 teriam seus procedimentos adiantados. Informou também que as datas seriam: 19/07 (prazo para MEC distribuir recursos); 25/06 (dados sistematizados)
- ✓ Em reunião da Comissão de Orçamento e de Modelos com a DIFES, a coordenação do Forplad, bem como a Andifes, por meio dos Reitores presentes, se comprometeram a solicitar empenho no preenchimento e correção dos dados do Pingifes, fundamentais para a distribuição na Matriz. O que foi realizado, contudo ainda há conjunto de problemas no preenchimento dos dados e ainda a informação de que há inconsistências importantes que podem atrapalhar o uso dos dados de 2012 e isso seria um prejuízo para o sistema, já que teríamos que efetuar a distribuição com dados de 2011 novamente, perdendo o crescimento da rede IFES.

## **Momento IV**

### **Relato das Regionais**

#### Regional Centro Oeste

- ✓ A coordenadora Marize apresenta que foram discutidas quais ações foram implementadas para o Programa Esplanada Sustentável (PES) em cada IFES e a conclusão é que além das dificuldades com contratos, o material de consumo é um grande problema porque está em todos os programas e projetos desenvolvidos pela universidade.
- ✓ Sugeriram para a Comissão de Administração a realização de um levantamento geral de como anda o programa nas IFES: pactuado x executado.
- ✓ Discutiram sobre a situação do Plano de Logística Sustentável (PLS) que deverá ser implantado e que se apresenta sem início em muitas IFES.
- ✓ Discutiram ainda sobre compras compartilhadas regionalizadas e como sugestão que a Comissão de Administração reassuma esse debate junto a SAA/MEC e internamente;
- ✓ Informou ainda que na regional Centro Oeste (CO) está sendo organizado uma agenda para o peçoal do setor de compras para fazerem “caronas” e compras compartilhadas. O evento será organizado pela UFMT.
- ✓ Foram apontados problemas com a ação 20RJ, sobretudo impacto, sobretudo dentro de dentro das diárias e passagens e risco de não realização dos planos de trabalho propostos.
- ✓ Ainda, foram apresentadas dificuldades para realização de importação. Apenas a UFMS se manifestou no sentido de ter qualificação de pessoal para tal.

*Estas informações estão no Portal do Forplad em área específica para a Regional.*

### Regional Sudeste

- ✓ Reuniram-se em Rio de Janeiro nos dias 22 e 23 de maio de 2013.
- ✓ Apresentaram que o ponto alto do evento foi a participação da CGUCEX (Rio de Janeiro) que demonstraram disposição para debater indicadores de gestão com o Forplad.
- ✓ Além disso, realizaram debate sobre PDTI e apresentaram como sugestão que a experiência de elaboração de PDTI da Universidade de Lavras possa ser apresentada em setembro, no evento nacional.
- ✓ Ainda, apresentaram Nota de Solidariedade à Coordenação Nacional em relação aos fatos ocorridos em decorrência do encaminhamento do PES, pelo MEC, e que recaíram indevidamente sobre a coordenação do Forplad.

*Estas informações estão no Portal do Forplad em área específica para a Regional.*

### Regional Sul

- ✓ O Coordenador Ario informou que reuniram-se em Foz de Iguaçu em 17 de maio de 2013, com a participação de 10 IFES.
- ✓ Discutiram a nota técnica (Ofício 65/DIFES/2013) sobre orçamento de 2013 encaminhada pela DIFES.
- ✓ Concluíram por maioria absoluta que não alcançarão as metas projetadas para o Programa Esplanada Sustentável (PES) porque com o crescimento é muito difícil diminuir custos.
- ✓ Discutiram sobre compras compartilhadas, vantagens e desvantagens e concluíram que é preciso avançar em termos regionais. Também apresentaram como possibilidade a realização para as regionais realizarem reunião com seus setores (coordenadores, diretores) de compras, que deverá acontecer em Porto Alegre. Um debate com 10 temas para investir tempo para se fazer de forma compartilhada.
- ✓ Discutiram sobre as ações necessárias e as dificuldades para realização de importação de equipamentos. Um argumento interessante foi que existem isenções possíveis que não são cumpridas pela Infraero. Assim apresentaram como proposta que o MEC ajude para isso se viabilizar.

### Regional Nordeste

- ✓ A coordenadora Rosaria, elencou problemas na logística de voos para a Reunião da Regional que interferem, sobretudo nos custos das instituições, motivo pelo qual é sempre difícil reunir as 17 IFES para a Regional. Assim, informou que a reunião ocorreu durante o evento, pela manhã do dia 12/06.
- ✓ Ainda, levantou problemas que foram discutidos, relativos a dificuldades com contratação de obras uma vez que os editais ou são considerados restritivos ou contratam mal.
- ✓ Outro aspecto foi que o custeio é insuficiente para as demandas das IFES nordestinas;

- ✓ Apresentaram também dificuldades com as auditorias externas (órgãos de controle).
- ✓ Discutiram sobre a dificuldade das IFES com relação a rotina de liberação de limites da SPO. Dificuldades com o cumprimento de compromissos e pagamentos.
- ✓ Apresentaram a dificuldade com relação ao cumprimento da realização da depreciação e avaliação de bens móveis e imóveis.
- ✓ Também estão em fase de organização de um debate para realização de compras compartilhadas regionalizadas.
- ✓ Questionaram sobre a realização de RDC.
- ✓ Solicitaram que a Comissão de Modelos liberassem o modelo de orçamento no Portal do Forplad, bem como outras informações fossem prestadas e armazenadas para conhecimento.

## **DIA 13 DE JUNHO DE 2013**

---

### **Momento I**

**Título: Fundação de Apoio: avaliação e debate na AGU.**

Palestrante: Jezihel Pena Lima - Procurador/UFGD



- ✓ A relação IFES X FUNDAÇÃO sempre fica indo e vindo em contradições e questões jurídicas, motivo pelo qual existe um GT na AGU que objetivo busca de entendimentos e de unidade para a temática;
- ✓ O fato é que desde a Lei 8958/1994 e depois com o Decreto 7438/2010, não há balizamento seguro para lidar com tal tema, de modo que cada agente de controle e cada procuradoria tem seu próprio entendimento.
- ✓ A fundação é vista como um escritório de arrecadação de recursos, como transferência de pesquisa... acredita-se que as fundações não são necessárias para fazer isso. Não precisa de um tutor... as próprias universidades fazem isso de forma natural e constante.

- ✓ A Lei 12.349/2010 é de certa forma um avanço porque aceita a gestão de projetos, mas tem ainda restrição quanto a gestão administrativa pela Fundação. O fato é que porque motivos a universidade contrata a gestão administrativa e financeira a lei é omissa.
- ✓ Tem que ser dada uma razão para que a fundação possa gerenciar projetos da Universidade.
- ✓ Há projetos que nascem de forma permanente e há projetos que funcionam de forma esporádica. É necessário identificar isso. Cursos por exemplo. É possível contratar a Fundação.
- ✓ É necessário uma justificativa bem argumentada para dar vazão ao trabalho da Fundação para as universidades considerando que não é a fundação que vai executar o curso. É a Universidade, seus docentes, mas a Fundação vai contratar realizar contratos para a execução do projeto.
- ✓ Argumenta que a lei de inovação 10.973/2004 conceitua a Fundação de Apoio para gerenciar, mas isso não está na lei de Fundações. Uma contradição.
- ✓ Questiona porque as IFES contratam as Fundações?
- ✓ É evidente que é para dar prestação e agilidade na execução do projeto. Ao contratar um projeto o que a Universidade busca ao utilizar a fundação? Ela deseja celeridade nas ações. Sabe-se muito bem que a execução anual do recurso é que é o problema. O TCU ora é favorável ora é contra. A fundação deverá fazer contratos e fazer pagamentos dos contratos, ela não executa o projeto.
- ✓ O art. 65 da Constituição afirma que toda receita precisa transitar pela conta única do órgão público em função do princípio da universalidade do orçamento.
- ✓ Assim a tese de manter o recurso direto na fundação é o problema. A discussão é: a receita é pública ou não? Uma MP está sendo preparada e afirma em seu Art. 1º que as fundações podem ter recursos aportados nelas. Mas de fato ainda há o problema quanto a ideia de inconstitucionalidade. A lei quer que a Fundação licite com as mesmas regras da administração pública. Mas se a Fundação tem que licitar igual as IFES que vantagem teria? Além disso, porque outras instituições como OSCIP, que também recebem recursos públicos não precisam?
- ✓ Isso demonstra que quem legislou foi contaminado pelas ocorrências apresentadas pela mídia, como é o caso da UnB.
- ✓ Informação extraoficial indica que deverá vir uma MP artigo primeiro – qualquer recurso poderá ser aportado diretamente na fundação. Se é receita pública a lei não pode tratar de forma diferente pois é um princípio Universal relacionado ao orçamento.
- ✓ Quando a Lei obriga a fundação a licitar ela “quebra” a ideia de dar agilidade e prestação, pois obriga licitar nos mesmos moldes em que as IFES;
- ✓ Seria necessário um regulamento mais simples até porque é claro que tem que mudar a relação com as fundações!
- ✓ Bolsa e pessoal contratado para atuar em projetos com início, meio e fim;
- ✓ Como remunerar as fundações? Modelos para remunerar as fundações: taxa de administração, ressarcimento dos custos operacionais – pagamento por meio de parcelas (Acórdão 575/2011 – Segunda Câmara – UFRGS). Há falhas na regulamentação e a taxa administrativa é vetada.
- ✓ Como pagar bolsas para docentes e técnicos? Pagamento de vantagem pecuniária aos servidores por atuação nos projetos, na nova legislação (cargos e salários) define-se algo além do pagamento de bolsas para professores – Lei 12772 –: define que se pode pagar diretamente pelas IFES. Uma evolução que se integra a Lei das Fundações.
- ✓ A fundação pode somente pagar a bolsa ou pode também contratar o docente? A bolsa de estímulo a inovação (ar.8, Lei 10.973/2004 – Lei de Inovação)

- ✓ As informações estarão disponíveis na apresentação.
- ✓ Decreto 7473 /2010– complica um pouco a relação com as fundações.
- ✓ O ponto de partida para usar a fundação é a existência de um projeto – é necessário se definir o objeto do contrato – é necessária a aprovação de um projeto básico para definir o que a contratada fará e, depois, o contrato e respectivos indicadores (o que irão ganhar, quantidade, publicar edital para esta seleção).
- ✓ Definição detalhada dos custos operacionais da Fundação de apoio para garantir a Fundação seja remunerada pelo serviço prestado;
- ✓ Pela Lei das Fundações só a Universidade ou IES podem ser contratadas pelas Fundações e vice versa.
- ✓ As leis existentes confundem as ações de Convênios e/ou contratos.
- ✓ Quando as fundações foram criadas, em 1994. Não se sabe por que se fez referencia ao artigo 24 da 8666/1993. Na verdade seria para outros órgãos contratarem as IFES.
- ✓ Em seu entendimento, a dispensa de licitação pra convenio é também um erro da Lei. Falta melhor tratamento para os contratos de gestão porque isso não fica definido em Lei.
- ✓ Outro exemplo de inconsistência: obras laboratoriais podem ser realizadas pela Fundação, mas qual a diferença com outros tipos de obras?
- ✓ Com isso a Fundação faz os projetos, licita e fiscaliza... O fato é que o Artigo primeiro da Lei das Fundações está mal redigido e gera confusão, sobretudo porque falta realidade na lei de fundações.
- ✓ As incongruências acabam por levar a situações conflitantes – o que leva a concluir que a legislação, mesmo tendo sido modificada há pouco tempo, está aquém da necessidade real, pois se encontra inadequada à atualidade.

## PERGUNTAS

Silvana, José Alberto, Hermano

SILVANA (UFGD) → Afirma que o Procurador Jezihel está na UFGD e que tem sempre sido uma pessoa importante no diálogo entre as demandas e a legislação. Questiona: Considerando que a Lei de fundação é de 1994 e que todos conviviam muito bem com a Lei e com as Fundações até 2008, sobretudo porque no final do ano, quando do fechamento de exercícios, sempre havia recursos não executados ou recursos que chegavam ao final do ano, motivo pelo qual a Fundação entrava para ajudar neste quesito. Em 2008, muitas Universidades receberam recurso do Reuni, no final do ano, e este orçamento foi “salvo” utilizando as Fundações. Neste caso os órgãos de controle acabaram por penalizar algumas IFES. Outra questão é o próprio MEC que possuía uma visão de Fundação bastante ruim, na percepção da SESu. Houve pressa na aprovação da lei para responder as questões colocadas pela mídia?

*Resposta: Os órgãos usaram o acordo e tentaram regulamentar uma legislação própria. Pode ter havido sim pressa em elaborar a legislação...*

ZÉ-ROBERTO (Itajubá) → Considerando os riscos trabalhistas também... Dúvida: dos requisitos que tem que ter no projeto... as empresas tem reclamado por que não entendem por que tem que cumprir com tantas exigências. A IFES pode fazer dois instrumentos? Um com a empresa e outro com a fundação?

*Resposta: Não se recomenda contrato tripartite. Se a universidade necessitar, por não conseguir acomodar o objeto internamente, usar a Fundação. São processos distintos e recomenda não misturar por correr o risco de transformar o contrato num “monstrinho”. Quando envolve a contratação de terceiros é importante a fiscalização de todas as necessidades trabalhistas.*

GUIMARÃES (Tocantins) → Tocou em pontos que se confunde com a criação das Fundações. Um marco regulatório ruim ou inexistente... Define que as Fundações continuam prestando um excelente trabalho e um trabalho muito importante. Se houve um desvirtuamento, foi o desejo dos gestores resolverem ações dentro de suas IES. Mesmo com a criação da Lei, em 2010, ela ainda confunde mais do que ajuda em determinadas situações. Citou sobre a questão dos projetos... criar parâmetros para ressarcir as Fundações também é uma dificuldade e complicador ao funcionamento das mesmas. A maioria das auditorias que sofreram, sempre trabalharam com contratos... a Fundação não possui dinheiro para acionar antes de receber. Agora estão encaminhando para o convênio, segundo orientação dos órgãos de controle. Cita o exemplo de uma ação recente com a Vale do Rio Doce e queria saber os encaminhamentos sugeridos pelo palestrante?

*Resposta: Sobre contrato e convênio, num momento se vai num ou noutro momento se muda de lado... há um envolvimento complexo hoje que fica difícil definir ou mesmo separar um instrumento do outro. O que pode separar: no contrato, a parte contratada pode se apropriar do recurso e incorporar no patrimônio ... no caso das Fundações ela recebe e não presta conta operacional de seus contratos internos, por isso é mais adequado um contrato do que um convênio. Um convênio exige contrapartida e a Fundação não possui esta condição. Se há apropriação de recurso é contrato, mas ele se aproxima muito de um convênio por haver prestação de contas. Alguém é chamado para gerir um interesse meu ... pagamento antecipado não ocorrem em convênio porque a fundação recebe e se apropria como pagamento para fazer valer o serviço prestado por ela. Além disso não é pagamento antecipado o recurso transferido para uma fundação porque o recurso é insumo para realização do projeto. São duas formas de recurso: para gerenciar e para pagamento. Não há transferência de tudo, mas em conformidade com o cronograma do orçamento físico-financeiro. A situação apresentada pelo Guimarães, tecnicamente, seria um convênio ....*

EDILBERTO (UFPI) – em relação a pagamento... não ficou claro sobre o acórdão da UFRGS... gostaria que fosse novamente explicado.

*Resposta: chegou a um acordo de valores que seriam usados como remuneração para as Universidades.*

*Ário, por ser da UFRGS prestou esclarecimento informando que os dados básicos são das fundações – há um lucro operacional “x” e a partir daí se cria parâmetros e valores que são fixados por uma comissão.*

HERMANO (UFPE) – agradeceu pela excelente palestra. Questão de projeto permanente e temporário. O que encara como permanente e temporário? Conceitualmente projeto é sempre temporário.

Primeira: engajamento com a fundação. De uma maneira a EAD é “tocada” de forma temporária, numa operação que deveria ser permanente. Exige três cotações para que o projeto seja repassado.

Segunda: prestação de serviço como atividade permanente. Citou o exemplo de um tomógrafo que poderia ser prestado serviço para a comunidade externa. Caracterizar cada transação é inviável... como caracterizar ações de serviços pelos laboratórios?

Terceira: Citou prejuízo grande com a migração de empresas para outras instituições que são privadas ou públicas (não Federais). A discussão é se as IFES estão apenas para ministrar aulas ou para também fazer pesquisa.

*Resposta: Não vê como necessário a elaboração de projetos se o recurso não for colocado na conta única. Se for usado a Fundação é necessário elaborar um projeto porque não tem como fugir disso.*

*Sobre a questão de propostas para as Fundações, não vê necessidade se houver apenas uma fundação no local.*

BETH, LÚCIA E SEBASTIÃO

BETH (UFMT): como a criatura paga para o criador? No caso de prestação de serviços...

*Resposta: acredita ser difícil ter fundação para passar contrapartida... talvez o melhor seja fazer convênio sem contrapartida. No caso da 20RJ, convênio ou contrato? Define que seria mais apreciado o contrato.*

LÚCIA (UFPR): sobre o risco trabalhista, independente de contrato ou convênio... como a fundação pode se proteger? Outro assunto é o contrato tripartite... na UFPR enxerga como relação do contratante e contratado na figura de um consórcio... se é um instrumento jurídico possível? Acaba por ser uma relação de consórcio... Terceira: “*Contravênio*” ... é uma anomalia e complexa para a parte contábil, pois não há como pagar parcelas com instrumentos diferentes. Quarta: O MEC e a CGU estão trabalhando numa cartilha de entendimento das IFES com a legislação. Parte dela é composta pela relação com a fundação. Por que a AGU não está junto... Quinta: Manual das boas práticas da AGU... por que os próprios procuradores não trabalham nas boas práticas construtivas entre as universidades? A liberdade de entendimento é tanta que há variações diversas entre as IFES.

*Respostas: Tem que “planilhar” a composição dos custos e acompanhar se a fundação está fazendo isso adequadamente. Tem que haver previsão para pagamentos futuros caso haja problemas trabalhistas. Sobre o contrato tripartite, não há ilegalidade e muitas IFES acabam por usar. Se vai para conta única e depois o empenho vai da IES para a fundação não há problema. Sobre consórcio informa que não ve problema quanto a esta ação. Sobre a questão contábil sugere uma discussão futura ou abrir mão da contrapartida. Sobre a “cartilha” ve como algo ainda difícil de acontecer, mas avisa que já está sendo trabalhado algumas ações através de um grupo que está concluindo sugestões para a Procuradoria Federal.*

SEBASTIÃO (UFV): Recurso do orçamento a própria IFES gerencia, somente atua com a Fundação quando é orçamento descentralizado. É possível contratar fundação para contornar remuneração pelo trabalho dos servidores e não concorrer com o “limite” dentro da Universidade?

*Resposta: Se contrata a fundação independente da fonte de recurso.... O que leva em conta é a existência de um projeto.*

## **Momento II**

**Título:** *A terceirização nas IFES: um debate necessário.*

**Palestrante:** Jeferson Alves dos Santos - Auditor/UNIFAL-MG



- ✓ Como que a UNIFAL vem resolvendo seus problemas de contratos de terceirização (está enfrentando e pretendendo enfrentar).
- ✓ Mostra alguns números sobre o crescimento da UNIFAL – os dados estão na apresentação que estará disponível no portal do FORPLAD.
- ✓ O crescimento acaba por gerar impactos que acaba por gerar a necessidade de terceirização.
- ✓ Estão com 26 contratos distintos de terceirização – o crescimento de novos campi e o vencimento dos aditivos obrigou a novos contratos.
- ✓ Fundamento: tirar do Estado a execução de ações finalísticas.
- ✓ Decreto Lei 200 de 25/02/62 art. 10 – já havia uma tentativa do Estado buscar “desafogar” as instituições de algumas atividades;
- ✓ Lei 5645/70 art. 3 – cria a possibilidade de contratos específicos. Maiores detalhamento no texto da apresentação.
- ✓ Lei 9632 7/05/98 – extingue alguns cargos e que seja contemplado pela terceirizada.
- ✓ IN SLTI.MP n.02/2008 e alterações
- ✓ Dificuldades da contratação: análise da Exequibilidade das propostas (Pregão), percentuais (Acordão 1.2142013-Plenário) e servidor capacitado.
- ✓ Caracterização como serviço continuado – existem órgãos que ainda não faz a caracterização de auxiliar e não finalísticos – inexistência da categoria funcional no quando funcional do órgão – contratação de serviço e não de pessoas – os trabalhadores são empregados da empresa contratada – a Administração não pode ter vínculo com a empresa contratada.

- ✓ A subordinação é da empresa e não da IFES – aqui é um grande gargalo, pois no geral é criado um vínculo com o indivíduo que não deveria existir.
- ✓ Há dois lados quando no atraso de pagamentos, pois se houve o serviço não pode ser retida a nota, mas tem que também ser atentado os itens contratuais.
- ✓ Terceirização não pode ser instrumento de “burla” no concurso público;
- ✓ É vedado desvio de função dos trabalhadores da contratada;
- ✓ Os trabalhadores da terceirizada não podem ser trabalhadores eventuais, por exemplo, recebendo diárias;
- ✓ A administração não pode direcionar a contratação de pessoas para trabalharem na empresa contratada;
- ✓ Fiscalização do contrato (GESTOxFISCALxPREPOSTO) – é complexo e tem ganhado relevância atualmente – os débitos trabalhistas geram problemas jurídicos.
- ✓ É importante capacitar o fiscal deste tipo de contrato;
- ✓ Acima de 10 funcionários é importante colocar um preposto no local – algumas recomendações;
- ✓ O Fiscal tem que ter conhecimento específico sobre o objeto – não basta colocar portaria para qualquer um. Existe um acórdão que define esta relação – dois acórdãos em março e abril de 2013 – acórdão 38 de 2013.
- ✓ Não deverá ter sobrecarga sobre os fiscais de contratos – para ser eficiente não deveria ter o acúmulo de funções.
- ✓ Há uma tendência de se levar a uma ação pessoal para o fiscal.

Ao final houve alguns questionamentos de cunho geral e algumas dúvidas quanto a contratações de engenheiros e arquitetos. Citou-se o elevado custo da terceirização e o custo elevado com a segurança privada.

Questões:

- Marco (UFSCAR) Como contratar secretário? É possível?

- Dirceu: A fiscalização do contrato é papel do gestor?

- Sandro: Cargos em extinção não podem ser contratados para o serviço público. Então como resolver? Qual o jeito de convencer um servidor a ser fiscal?

Resposta: É preciso se definir bem o “produto” ou objeto a ser contratado: o serviço.

- Reitor Paulo Marcio (UNIFAL): Tem GT sobre terceirização e ele representa a Andifes nesse GT. Existem problemas com a gestão dos contratos, qual seja, a judicialização. É que já tem problema instalado. Cada vez menos cargos são liberados e mais nos temos que terceirizar. Há necessidade de debate essa questão com o secretário executivo do MEC, Paim. É preciso retomar a matriz de redimensionamento de pessoal.

A UNIFEAL contrata assistentes de serviços gerais de laboratórios. Não são laboratoristas, mas auxiliam estes. O mesmo com os engenheiros. Tem-se contratado serviço de fiscalização.

### Momento III

#### Painel SESU



Adriana Weska e Dulce Tristão

**Adriana Weska**, diretora da DIFES/MEC

- Apresentou o relatório de monitoramento das Universidades Federais.
- Avalia o resultado dos processos de expansão das IFES ao longo de 10 anos e que houve reuniões entre a equipe do MEC e as equipes das IFES para discutir infraestrutura e necessidade de pessoal para consolidação da expansão e Reuni.
- Informa que RAT (relação aluno-técnico) será ajustado a partir de 2014 porque não há espaço em 2013.
- Pontos de atenção: 1) Campus com menos de 5 cursos - começar com pelos menos 3 cursos por falta de espaço orçamentário. 2) Dificuldades em fixação de docentes, poucos TA, rede lógica, cadastramento de cursos, expansão dos cursos de medicina, necessidade de infra-estrutura nos campi.
- Fez apresentação de muitos dados mas não serão disponibilizados.
- Sobre os campi: Implantação de diversos Campi com finalização até 2014.
- Sobre consolidação: Apoio a investimentos em infraestrutura gerais como bibliotecas, laboratórios, salas de aulas etc.
- Sobre pessoal: A relação das IFES com TA abaixo de 1/15 é reduzido, mas será 15/aluno a partir de 2014.
- Reiterou o papel dos pró-reitores no IGC dos cursos - a parte qualitativa é importantíssima.
- Citou que há milhares de vagas que não estão providas e que isto é um fator a ser prioritariamente considerado. Vai começar a pesar nas avaliações e orçamentos.
- Quem não tiver projeto executivo e jogo de cintura terá sérios problemas para execução do orçamento em 2013.

- Se não tiver emenda, se não tiver reabertura de crédito terá como receber um adicional através de descentralização - esta última, é muito pequeno o quantitativo de recurso, pois os investimentos serão dirigidos para as novas IFES.
- Sairá o sistema de monitoramento de tudo que foi solicitado. SIMEC.
- Irão monitorar para evitar surpresas na liberação do orçamento.
- Encaminhar por ofício ou e-mail (digitalizar) para ser colocado na PLOA em 2014 até no início da semana que vem caso seja necessário, mas não deixar de executar os projetos executivos já finalizados.
- As IFES que não conseguiram acabar nada - usar uma estimativa, por exemplo, para sala de aula de 1,25 m<sup>2</sup> por aluno.
- Já tem proposta de emenda para liberar - correr com os processos licitatórios.
- Não existirá mais descentralização em papel, somente eletrônico.
- Se a resposta demora, passar e-mail e/ou telefonar.
- PINGIFES - estavam preocupados se havia como finalizar a coleta. Tem 03 IFES que tiveram mais de 50% de queda de alunos 2012-2013.
- Por mais que orientam ainda tem coleta errada... Só coletaram, ou seja, não modificam os dados.
- Há dados errados nos números de ingressantes... Marcar reunião com as IFES que estão erradas para saber o fazer. Roda a matriz com dados de 2011 ou abrir verificação novamente?
- ✓ O material da coleta ficará em caráter reservado com o Reitor Unifal (Paulo Márcio), da comissão de Orçamento da Andifes e com a Silvana, coordenadora do Forplad.

### **Dulce Tristão**

- Comentou as dúvidas sobre a Lei 12.772/2013 da carreira docente.
- Comentou sobre decreto que altera o art. 8 na legislação na Lei de cargos e carreiras - alteração pelo conselho e a Medida provisória 614 - foram feitas diversas ementas e será aprovada em breve.
- Número de servidores recebidos pelas IFES nos últimos 12 meses.
- 12.582 cargos de docentes foram liberados - vagos: 12.840 cargos vagos
- 6547 cargos TA - 11582 cargos vagos.
- 6876 FCC - ainda tem 1280 FCC livres.
- Falou também sobre a questão de CDs não utilizadas. Das CD 02 para organização de proreitorias, tem 246 não ocupadas.

Tem ainda 1772 FCC desocupadas relativas a cursos de pós-graduação.

Terminou e ficou à disposição

## PERGUNTAS

Ediberto, Zé Alberto e Pedro

- Ediberto - como ficará a licitação de obras com recursos que ainda virão no ano posterior? Virão FCCs para escolas vinculadas e de formação?

Resposta: *a IFES aderem se assim desejar a esta solução. Se houver problema jurídico procurar uma forma de adequar junto ao MEC (procuradoria da IFES e o MEC); Não há FCCs previstas para este objeto.*

- Zé Alberto - pagamentos direto feito pela IFES para professores DE segundo a Lei 12772;

Resposta: *não define que sairá portaria para regulamentar esta ação. Alguns temas sairão portarias. Ninguém faça progressão antes de sair as diretrizes.*

- Silva UFOP - contratação de professores temporários - como anda esta ação?

Resposta: *Até semana passada o problema oficiado foi da Bahia. Não houve o pronunciamento oficial de nenhuma IFES sobre problemas de temporário. Teve IFES que usou professor temporário para outro fim e isto é por conta e risco.*

Valdomiro UFRRJ - como está sendo encaminhada a estrutura sobre a RNP?

Respostas: *Fizeram 3 reuniões com a RNP e está sendo muito produtiva - estão trabalhando na reestruturação dos Hospitais - telemedicina em todas as IFES - para cada região é uma particularidade - o Pará é um problema à parte, pois tem carência de distribuição de operadoras e demorará mais para resolver, principalmente a região Sul e Sudeste.*

SILVANA fez explanação sobre as dificuldades em razão da Greve sobre a questão de avaliação. Ainda chamou atenção sobre a Progressão Funcional de docentes uma vez que já se esta no segundo semestre e que há um represamento e pode ocorrer perda financeira para os servidores docentes pela falta de regulamentação.

Sobre a situação da 20RJ, Silvana também lembrou que há muitas preocupações sobre a realização dos projetos vinculados a ação orçamentária em questão e que havia sido encaminhado formalmente uma oficialização para Adriana e Wagner relatando o problema.

Resposta: *sobre a 20RJ já repassou para o Wagner... Sobre a progressão já encaminhou também e está na espera de uma solução e pediu ajuda para reforçar estas duas ações. Sobre a coleta informou que não é interessante usar dados anteriores, de 2011.*

Carlos Alberto - UNB

Foram informados que os números não estavam compatíveis. Pede desculpas. A gestão é nova e tem dificuldades.

Dirceu - Bolsas - acesso e permanência.

A Dulce respondeu que há encaminhamentos sobre este assunto, mas ainda não é definitivo.

Hermano - adesão a registro de preço - pressionar sobre a questão da adesão das atas.

Resposta: *Estão trabalhando com mudanças na lei das fundações e acredita que estarão vendo algumas ações sobre licitações. Estão discutindo autonomia. Formar grupos para levantar e discutir os entraves... Pessoal por exemplo...*

*Eleição para Reitor - o que é que tem que mudar... Por exemplo...*

## **DIA 14 DE JUNHO DE 2013**

---

08h00 - **Serviço de Terceirização de impressão** - Palestrante João Batista Furtuoso - UFSC.

Resumo:

- ✓ Como a utilização inteligente de novas tecnologias pode ajudar Instituições de Ensino a economizar recursos financeiros e humanos, proporcionando maior foco em sua atividade-fim: a geração e difusão do conhecimento.
- ✓ Hoje, é possível gerar, armazenar e gerenciar a difusão do conhecimento 100% em meio digital: rápido, seguro e confiável.
- ✓ Desafios do Gerenciamento do Conhecimento
- ✓ Gerenciamento do Conhecimento nas Universidades
- ✓ Impressão:
  - Eliminação de equipamentos jato de tinta;
  - Utilização de equipamentos inteligentes multifuncionais e tecnologia laser;
  - Grande quantidade de equipamentos distribuídos nos centros;
  - Pequena quantidade de equipamentos multifuncionais disponíveis aos usuários;
  - Gestão e bilhetagem;
  - Sustentabilidade, redução do consumo de papel, economia de recursos;
  - Módulos específicos para demandas do professor e de processos administrativos.

Dificuldades iniciais na implantação: quebrar resistência nas diversas unidades, que estavam acostumadas a possuir as máquinas disponíveis na mesa.

Após a implantação constatou-se que de fato havia vantagens em relação ao modelo anterior.

Perguntas:

- 1) Como foi feito o resgate dos equipamentos e como se organizou esses?
- 2) Não precisa mais do processo físico?
- 3) O que a Universidade paga?
- 4) Qual a relação custo/benefício?

Respostas:

- 1) Não há investimento novo. O barato é a gestão porque padronizou e tem controle pelo software;
- 2) O pagamento é fixo/mensal/equipamento. A multifuncional sai mais ou menos 120/mês. Paga-se R\$0,02 centavos/mês/cópia.
- 3) O ideal é imprimir mais porque sai mais barato por isso diminui o número de equipamentos.
- 4) Sobre as impressoras, recolher foi com o tempo. O fato de não ter insumo para mantê-las levou a isso.

- 5) Sobre os arquivos serem digitalizados, a normativa é própria. É preciso se ter cuidados, sobretudo porque a assinatura é digitalizada ... enfim.
- 6) Sobre o tempo, é pelo menos 36 meses para se sentir a vantagem do investimento.

Perguntas:

- 1) Não seria melhor comprar as cópias e os equipamentos virem embutido?

Resposta: Sim, Mas precisa ter afinidade com a TI. Dependem 100% da área de TI. Qualidade na gestão do contrato.

09h20 - Relatos dos GTs das comissões temáticas e encaminhamentos.

**Comissão de Administração** – Jose Alberto (UNIFEI) fez a exposição.

**Temas tratados:**

- 1) RDC: no evento organizado pelo MEC muitas IFES não compareceram. Mas muitas estão fazendo.

Citou Alexandre Quaresma – Pedir capacitação. O próprio Jose Alberto ficou de encaminhar.

- 2) PLS + Sustentabilidade (PES): Julio (UFMS) vai fazer questões para levantar situação.
- 3) Sobre importação – discutiram buscar revisão no marco legal e necessidade de capacitação.
- 4) Chamaram atenção para o decreto de obras publicas – Decreto 7986 de Abril de 2013. Há muitos detalhes a serem considerados.
- 5) Apresentaram a recomposição da comissão tendo João Emanuel (UFRN) como coordenador.

**Comissão de Modelos** – Marize (UFMS)

**Temas tratados:**

- 1) Informou que foram realizadas 4 reuniões para definições sobre a nova matriz. Sendo duas em Junho.
- 2) Apresentou que existem algumas pendencias que estão sendo aos poucos solucionadas: 1) Portaria para regulamentação do Decreto de distribuição orçamentaria e que indica a composição de uma comissão paritária de acompanhamento; 2) Nota Técnica sobre o orçamento 2013 que saiu por meio de ofício da DEDIS/SESU/MEC para a Andifes e que se encontra na pagina do Forplad (comissão de modelos);
- 3) Sobre o item de qualidade da graduação a ser incorporado na matriz a partir de 2014 expos que a comissão de modelos tem feitos estudos e que a partir dos contatos com o Inep recebemos dados referentes a CC e ENADE médios de cada IFES. Essa situação é assim porque não há similaridade entre os cursos avaliados nas diferentes universidades. Assim optou-se por trabalhar com o valor médio/IFES. Explicou que se tem definido pela consideração do melhor conceito (CC ou ENADE) com objetivo de não esbarrar em problemas políticos dentro da Andifes e eventual não aprovação da utilização dos dados, o que seria muito complicado porque não esta sendo cumprida a Lei desde 2010. Explicou que os dados foram utilizados porque mais de 90 % das IFES apresentam numero de cursos avaliados superiores a 50%, de modo que considerou-se muito boa a amostra.
- 4) Ainda, apresentou a matriz e explicou sua constituição.
- 5) Esclareceu também que o Fórum dos diretores de HV encaminharam uma proposta de matriz que a comissão não tem condições de avaliar por falta de tempo.

## **Comissão de Planejamento e Avaliação – Neyla (UFSJ)**

### **Temas tratados:**

- 1) Relato sobre o sucesso da comissão de planejamento no evento, com 25 participantes e informou que a representação dos PI não compareceu no GT.
- 2) Informou que a coordenação solicitou pesquisa sobre EAD. O GT está organizando e em 45 dias vai para a pagina do Forplad. Tem questionário montado e o aluno é da instituição que diploma.
- 3) Curso de capacitação de moderadores. Vai organizar.
- 4) GT para discutir indicadores de gestão do TCU será organizado pela BETE – UFMT
- 5) Debate sobre software livre – CGUC – José Carlos Seraphin ficou de conversar com Hugo para trazer informações.
- 6) Propostas para próximo evento do Forplad:
  - Realização de um painel de planejamento e processos (Contato é Neyla);
  - Painel sobre Indicadores de desempenho;
  - Painel sobre sustentabilidade;

### **ENCAMINHAMENTOS FINAIS**

- 1) Foi aprovado que para o 3º Fórum em Salvador-BA haverá uma convocação para debater o Regimento do Forplad e uma convocação para o evento geral.
- 2) Foi aprovado que a proposta de alteração de regimento seria divulgada no Portal do Forplad e que o debate seria por meio das regionais;
- 3) Foi aprovado que o objetivo é sempre trabalhar para buscar o consenso considerando tratar-se de um Fórum e não um conselho;
- 4) Foi aprovada a alteração da data do evento de Dourados-MS, o 4º Fórum/2013 devido a data aprovada para fechamento de exercício (24/11). Assim ao invés de 12, 13 e 14 de novembro, o 4º Fórum/2013 será realizado nos dias **30 e 31/10 e 01/11 de 2013**, em Dourados-MS;
- 5) Ficou aprovado para ser trabalhado em Salvador:
  - apresentação sobre o PDTI proposta pela Regional Sudeste com participação de grupo de Lavras;
  - Painel: Experiências de processos de planejamento: propondo caminhos;
  - Painel: Indicadores de Desempenho (Raquel da UFPA). Aqui com possibilidade de participação também da procuradoria da UFRJ;
  - Painel: Sobre sustentabilidade
- 6) Foi aprovado como tarefas das Comissões temáticas e/ou Nacional/Regionais:
  - **Comissão de administração: João Batista**
    - A) realizar levantamento sobre a execução do PES (definido que se vai fazer um questionário para tal);
    - B) sobre compras compartilhadas a comissão assumiu compromisso de retomar contato com a SAA e de encaminhar internamente o debate;
    - C) realizar levantamento sobre os PLS + Sustentabilidade (Julio/UFMS) por meio de questionário;
    - D) viabilizar capacitação sobre importação. (João Alberto + João Batista);
    - E) viabilizar capacitação sobre avaliação de bens imóveis. (João Alberto)
  - **Comissão de planejamento e avaliação: Neyla**
    - A) Painel: Experiências de processos de planejamento: propondo caminhos;
    - B) Painel: Indicadores de Desempenho (Raquel da UFPA). Aqui com possibilidade de participação também da procuradoria da UFRJ;
    - C) Colocar instrumento para levantamento da EAD;
    - D) Pesquisa sobre casos de auditoria para dossiê – (Hermano)
  - **Comissão de modelos: Marize**

- A) Disponibilizar no portal os dados de terceirização sistematizados;
- B) Os dados de CC ou Enade das IFES utilizados para a distribuição pela matriz;
- C) Dar transparência aos dados do trabalho da comissão

**Coordenação Nacional:**

- A) Solicitar em reunião agendada atenção para a portaria que regulamentação de progressão de professores;

Após todos os encaminhamentos, a Coordenadora confirmou o próximo fórum em Salvador-UFBA e ratificou que conforme decidido pela plenária ele será voltado para assuntos temáticos de interesse da rotina das IFES.

Solicitou aos coordenadores das regionais atenção e apoio no debate sobre a proposta de Regimento para na oportunidade facilitar o andamento desse processo e também aos coordenadores das comissões temáticas para dar vazão aos encaminhados pelos GT e pelo plenário.

**Encerramento**

As 11h20 foram realizados os agradecimentos e finalizados os trabalhos.

Fica registrado que o evento transcorreu dentro do previsto e que isso é devido ao empenho da equipe organizadora, que foi incansável e muito gentil.

Para finalizar foi realizada uma homenagem dos pró-reitores e pró-reitoras membros do Forplad, por meio de entrega de flores a todos os membros da comissão organizadora.

---